Deputados criticam programa pela TV

Congresso Nacional
10 MAI 1990
CORREIO BRAZILIENSE

Dos seis projetos escolhidos para tramitar em regime de urgência urgentíssima pelos líderes, na semana passada, somente dois já foram aprovados pela Câmara: o que regulamenta a organização e funcionamento do Conselho da República e o que cria um programa diário em cadeia de televisão, com duração de dez minutos, para a divulgação das atividades do Legislativo.

Boa parte da sessão de ontem foi gasta com protestos de deputados preocupados com a repercussão pública da aprovação do projeto que cria o Diário do Congresso Nacional. "Aquilo que não desejávamos que acontecesse acabou acontecendo", queixou-se o deputado Afif Domingos (PL-SP), lembrando que na reunião de lideranças que decidiu votar o projeto com urgência os líderes concordaram em deixá-lo no final da fila de seis prioritários.

Os deputados Amaral Netto (PDS-RJ) e Roberto Cardoso Alves (PTB-SP) questionaram a existência de quórum suficiente para votação na sessão em que o projeto foi aprovado. "Eu ponho em dúvida a existência de número sequer para cuidar da Ordem do Dia", disse o deputado Amaral no horário reservado para a liderança do seu partido.

Amaral Netto contou que, ao fazer uma caminhada de duas horas pela Avenida Vieira Souto, no Rio, durante o último final de semana, foi abordado por diversas pessoas que recriminaram a decisão da Câmara. "Eles disseram que vão odiar isso porque vai tirar-lhes um pedaço do lazer", afirmou Amaral Netto.

O deputado Domingos Leonelli (PSB-BA) requereu à Mesa da Câmara a aplicação do dispositivo constitucional que garante o direito de resposta para que o Congresso

se defenda de "enquetes em que um só lado é mostrado". O deputado baiano referia-se a matéria jornalística veiculada pelo **Jornal Nacional** onde a totalidade dos entrevistados manifestaram-se contrários à exibição do Diário do Congresso Nacional.

ESFORÇO

A semana de três dias úteis começou bem na Câmara. Ontem os deputados garantiram quórum para a apreciação de dez projetos de lei, numa sessão que terminou às 18h40, com 290 parlamentares em plenário. Um único projeto, no entanto, foi aprovado: o que acrescenta à lei que regula ação popular parágrafo determinando indenização ou retorno à situação anterior nos casos de anulação de atos ilegais e ilegítimos através de ação popular. Os outros projetos tiveram a votação adiada ou votaram aos órgãos técnicos da Casa devido ao recebimento de emendas.